

Credores apresentam hoje contraproposta ao Brasil

Dívida Externa 06 NOV 1990

Nova Iorque — O comitê de bancos credores do Brasil se reuniu ontem com o objetivo de discutir os últimos aspectos da proposta que apresentará hoje ao negociador oficial brasileiro, Jório Dauster, num clima de pouco otimismo, segundo um banqueiro que pediu para não ser identificado.

O comitê está concentrado na necessidade de apresentar um projeto concreto de solução do problema dos juros atrasados do Brasil, estimados em oito bilhões de dólares, antes de continuar em futuras reuniões a negociação de uma reprogramação da dívida com os bancos privados, estimada em 51 bilhões de dólares e com vencimento a médio e longo prazo, acrescentou o banqueiro.

A distância entre as posições de ambas as partes é muito grande, conforme destacou o mesmo banqueiro do comitê. Ele criticou a proposta brasileira de trocar a dívida por títulos negociá-

veis a longo prazo, que é vista com evidente reserva nos meios financeiros internacionais.

Ontem, o presidente Fernando Collor disse aos embaixadores dos países membros da Comunidade Econômica Européia, com quem almoçou, que o Governo brasileiro está empenhado em fazer acordos com os credores, sem cometer os erros do passado, quando o Brasil firmou negócios e não teve condições de honrá-los porque eram prejudiciais ao País. Collor disse acreditar que, agora, os acordos entre o Brasil e os bancos credores serão vantajosos para as duas partes.

De hoje até sexta-feira a missão brasileira chefiada pelo embaixador Jório Dauster, reúne-se em Nova Iorque com os representantes dos bancos privados para a segunda rodada de negociações, quando a contraproposta dos banqueiros será apresentada ao Brasil. Dauster, que seguiu

ontem á noite para os Estados Unidos, disse que o Governo quer um acordo definitivo com os bancos e lembrou que o pagamento dos juros atrasados dependerá do andamento das negociações.

Jório Dauster confirmou também que o Governo está negociando com o Senado alterações na Resolução 55, que proíbe o pagamento de juros sem atraso aos credores antes da conclusão do acordo. A mudança abre "possibilidade de manter na negociação uma margem, o que é natural", afirmou o embaixador. Enfatizou, porém, que a eventual mudança na Resolução "não significa pagar". A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, entretanto, não descartou a possibilidade de efetuar o pagamento dos juros atrasados. "O pagamento depende da negociação, uma vez iniciada, tudo pode ser negociado", afirmou a ministra.